

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.343, DE 2025

Altera a redação do artigo 14-A da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar a requisição de divórcio unilateral da parte ofendida.

Autor: Deputado CLEBER VERDE

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

I - RELATÓRIO

Nos termos da proposição em epígrafe, é dada nova redação ao art. 14-A da Lei Maria da Penha, a fim de que a ofendida tenha a opção de requerer o divórcio ou a dissolução de união estável diretamente perante o Oficial de Registro Civil das Naturais, de forma unilateral.

De acordo com a inclusa justificação, muitas vítimas permanecem presas a relacionamentos abusivos em razão da dependência jurídica do agressor para a formalização do divórcio. Essa dependência funciona como um prolongamento da violência, que se perpetua por meio do controle e da coação emocional, patrimonial e institucional.

Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

De acordo com a Resolução 571/24 do Conselho Nacional de Justiça, é possível realizar o divórcio e a extinção de união estável em cartório (extrajudicial), mesmo havendo filhos menores de idade.

Para isso, é indispensável que:

I – o divórcio ou a extinção da união estável seja consensual;

II - todas as questões relacionadas à guarda, visitas e pensão alimentícia já tenham sido previamente resolvidas e homologadas pelo Ministério Público na esfera judicial.

No caso da presente proposição, existe uma situação específica que também passará a permitir a realização do divórcio e da extinção de união estável em cartório (extrajudicial), mesmo havendo filhos menores de idade.

Como aduz a justificação, a medida se fundamenta na Constituição Federal, especialmente no artigo 226, §8º, que impõe ao Estado o dever de assegurar assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. No entanto, dado que, na hipótese de violência doméstica e familiar não existe a possibilidade de que o divórcio ou a extinção da união estável seja feita de forma consensual, cabe aprimorar o projeto, para que também todas as questões relacionadas à guarda, visitas e pensão alimentícia, e mais, as questões relativas às medidas protetivas, já tenham sido previamente resolvidas e homologadas pelo Ministério Público na esfera judicial.

Assim, votamos pela aprovação do PL 3.343/25, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.343, DE 2025

Altera a redação do artigo 14-A da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de que a ofendida tenha a opção de requerer o divórcio ou a dissolução de união estável diretamente perante o Oficial de Registro Civil das Naturais, de forma unilateral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ou requerê-lo diretamente perante o Oficial de Registro Civil das Naturais, de forma unilateral.

§ 1º Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.

§ 2º Iniciada a situação de violência doméstica e familiar após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação terá preferência no juízo onde estiver.

§ 3º Para o requerimento diretamente perante o Oficial de Registro Civil das Naturais, de forma unilateral, todas as questões relacionadas à guarda, visitas e pensão alimentícia, e mais, as questões relativas às medidas protetivas, já devem ter sido previamente resolvidas e homologadas pelo Ministério Público na esfera judicial (NR).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.
Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

2025-16095

